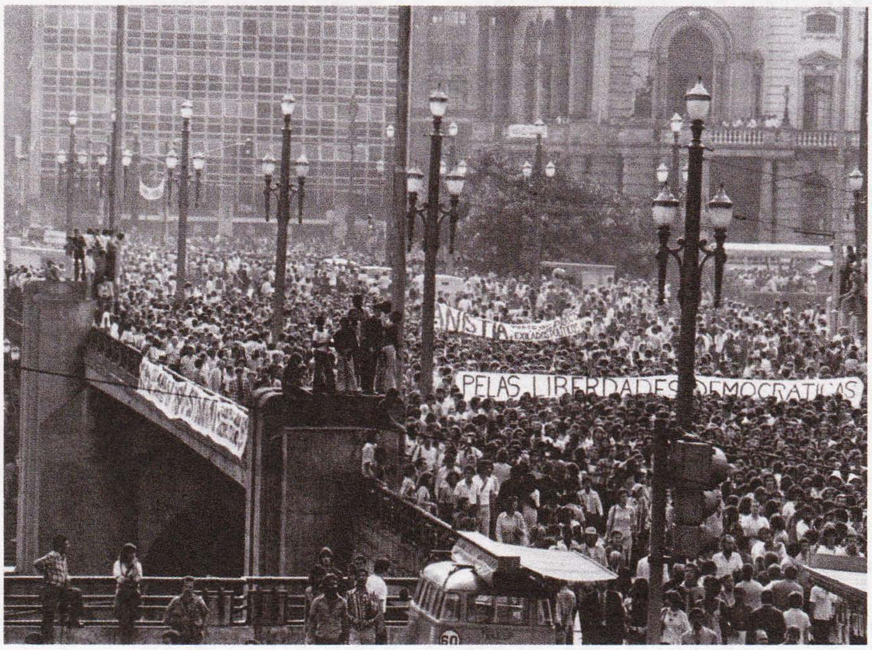
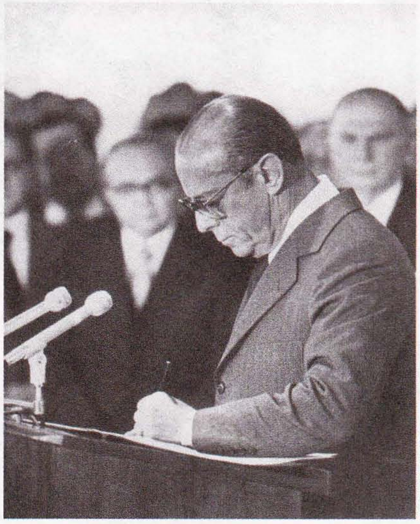


SERGIO SADE



CARLOS NAMBA

ANISTIA Em 1978, passeata estudantil em São Paulo pede anistia a presos políticos; acima, o presidente Figueiredo assina a lei, em 1979

Em novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff aprovou duas novas leis que poderão ser usadas para passar a limpo um dos momentos mais violentos da história recente do Brasil, a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985. No mesmo dia, foi sancionada a **Lei de Acesso às Informações Públicas**, que acaba com o sigilo eterno de documentos do governo, e a lei que institui a formação da **Comissão da Verdade**, para apurar crimes cometidos por agentes públicos e que poderá ajudar as famílias a resgatar corpos de parentes assassinados e enterrados clandestinamente. Ambas representam um resgate do direito à informação.

Acesso às informações

A primeira lei versa sobre o acesso de qualquer pessoa a informações oficiais e vinha sendo discutida desde maio de 2009, cuja proposta foi feita pela própria Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula. O projeto estipulava uma nova classificação para determinar o prazo de abertura de documentos reservados, secretos ou ultrassecretos. A principal mudança é diz respeito a documentos considerados ultrassecretos. Antes, eles ficavam em sigilo por um período de 30 anos, mas o prazo poderia ser prorrogado sucessivamente, o que na prática criava o sigilo eterno. Com a nova lei, que entra em pleno vigor em junho deste ano, esses documentos deverão ser abertos no fim de 25 anos, e o prazo poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

Antes de sua aprovação, a Lei de Acesso às Informações Públicas gerou polêmica. Os principais argumentos contra a abertura de arquivos vinham de dois ex-presidentes, os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e José Sarney (PMDB-AP). Para eles, a divulgação de documentos sobre a política externa ou de defesa nacional, por exemplo, poderia trazer desconforto ou problemas de diplomacia.

Defenderam a necessidade da lei inúmeros segmentos da sociedade defensores dos direitos humanos, mas principalmente pesquisadores e parentes de desaparecidos políticos da ditadura. Isso porque o acesso a dossiês e relatórios dos militares poderá esclarecer crimes, o destino de desaparecidos e mesmo permitir localizar, identificar e enterrar dignamente os mortos. Com a lei, documentos relacionados com violação dos direitos humanos, desaparecidos políticos e torturas do período da ditadura serão revelados ao público, mesmo passadas décadas após os fatos.

Comissão da Verdade

A nova lei de Acesso às Informações é considerada essencial para esclarecer fatos da história recente do país. Da mesma forma é vista a criação da Comissão da Verdade, que será formada por sete pessoas, escolhidas e nomeadas pela presidente, e objetiva examinar e esclarecer violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Na prática, porém, as investigações deverão se concentrar no período da ditadura militar, de 1964 a 1985 (*veja na pág. 70*).

A comissão deverá fazer tudo em um prazo de dois anos. Tida como um avanço, a Comissão da Verdade formalizada também frustrou ex-presos do regime, políticos e militantes de defesa dos direitos políticos e humanos. Para eles, o grupo da comissão será pequeno e terá pouco tempo para resolver grande demanda de investigações. Outra crítica é quanto a sua natureza. Ela poderá investigar, documentar e colher depoimentos, mas, segundo o que está previsto, o resultado não implicará nenhum tipo de julgamento ou punição. Isso porque o projeto da Comissão da Verdade se baseia na interpretação judicial de que a Lei de Anistia, decretada em 1979, além de isentar os que foram perseguidos pelo regime militar, livra de qualquer processo os que cometeram crimes como funcionário do Estado ou a seu mando.

Mais de 400 pessoas foram assassinadas ou continuam desaparecidas, entretanto, os responsáveis permanecem sem julgamento e a maioria no anonimato, em razão dessa interpretação da lei. Em outubro de 2008, por exemplo, a Advocacia-Geral da União (AGU), órgão responsável pela representação judicial da União,

Saiu na imprensa

O INSTANTE DECISIVO

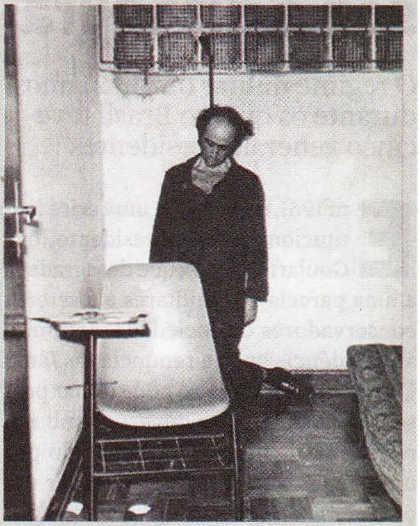
A *Folha* localizou o fotógrafo do cadáver de Herzog

Por Lucas Ferraz

(...) No Brasil de 1975, os "suicídios" nos porões da repressão eram quase uma rotina. (...). Entre os detidos na ofensiva contra o PCB estava Vladimir Herzog. Aos 38 anos, casado e pai de dois filhos, Vlado, como era conhecido, era diretor de jornalismo da TV Cultura.(...) Na sexta, 24 de outubro, Vlado foi procurado por agentes da repressão em casa e no trabalho. Decidiu se apresentar espontaneamente no DOI-Codi (...).

Quando Silvaldo [Leung Vieira] chegou ao DOI-Codi para fotografar o cadáver de Herzog, a cena do "suicídio" estava montada. Numa cela, o corpo pendia de uma tira de pano atada a uma grade da janela. As pernas estavam arqueadas e os pés, no chão. Completavam o cenário papel picado (um depoimento que fora forçado a assinar) e uma carteira escolar. (...) "Tudo foi manipulado, e infelizmente eu acabei fazendo parte dessa manipulação", lamenta-se [Silvado]. O Exército afirmou que a tira de pano amarrada no pescoço de Vladimir Herzog (...) seria a cinta do macacão que usava. Mas os macacões do DOI-Codi não tinham cinta. (...)

***Folha de S.Paulo*, 5/2/2012**



arquivou processo contra os coronéis reformados do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel, dois ex-comandantes do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi, órgão de inteligência e repressão subordinado ao Exército), acusados pelo desaparecimento, morte e tortura de 64 pessoas, em São Paulo.

Mas, de acordo com o Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional, crimes como tortura e assassinato não prescrevem, e o Brasil assinou o tratado em 2002. Por causa disso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil, em dezembro de 2010, pela não apuração da morte ou do desaparecimento de 62 pessoas durante a Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 1970. Na sentença, a corte considera que a Lei de Anistia não pode impedir a investigação. As atuais leis foram uma resposta a isso.

América Latina

Durante cerimônia no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff se emocionou e destacou as duas leis como um avanço e um passo na consolidação da democracia. Mas, para muitos, as novas medidas ainda são insuficientes, pois não haverá a punição dos agentes públicos envolvidos, medida considerada fundamental como garantia de que não voltem a ocorrer, no futuro, violações dos direitos humanos por representantes do Estado, que deveriam, por princípio constitucional, proteger a população.

Enquanto no Brasil ninguém é responsabilizado, na Argentina, no Chile e no Uruguai – que também passaram por ditaduras militares – estão ocorrendo julgamentos e punições de responsáveis por crimes.

A Argentina protagonizou a mobilização pela defesa dos direitos humanos e punição dos infratores na América do Sul. Durante o regime militar argentino, que durou de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983, houve mais de 30 mil mortos ou desaparecidos políticos. O primeiro presidente civil eleito após a ditadura, Raúl Alfonsín (1983-1989), determinou a prisão dos comandantes militares, e foi criada uma Comissão Nacional para apurar as mortes e os desaparecimentos. Porém, levantes militares fizeram com que o governo decretasse leis de anistia no fim dos anos 1980.

Em 2005, a Justiça declarou as leis de anistia inconstitucionais, arquivos foram abertos e mais de 200 militares e civis já foram julgados e condenados. Entre os presos, os ex-presidentes Jorge Videla (1976-1981) e Reynaldo Bignone (1982-1983) foram condenados à prisão perpétua por crimes contra a humanidade, em 2010 e 2011, respectivamente. Em outubro de 2011, 12 ex-oficiais da Marinha também foram condenados à prisão perpétua.

No Chile, as investigações para punir os responsáveis por crimes da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) começaram antes mesmo do fim do regime militar. Foram formadas várias comissões da verdade, desde a década de 1970. A última, a Comissão da Verdade sobre Prisão Política e Tortura, criada em 2003, apontou 40 mil vítimas oficiais da ditadura, sendo 3.225 mortos ou desaparecidos.

Até 2011, foram condenados à prisão 32 militares e civis, importantes figuras do regime de Pinochet, como o general Manuel Contreras, chefe da inteligência da polícia chilena nos anos de chumbo. O próprio Pinochet é levado aos tribunais por diversos crimes, mas morre em 2006, antes do término dos julgamentos. A maioria dos crimes, ocorridos no período mais repressor da ditadura, de 1973 a 1979, permanece sem julgamento, protegidos por uma lei de anistia que prescreveu os crimes.

No Uruguai, os crimes praticados durante a ditadura militar de 1973 a 1985 estão sendo julgados. A partir de 2009, são derrubadas no Congresso e na Justiça as leis que anistiavam os militares pelo assassinato de cerca de 200 pessoas. Dez militares foram condenados, inclusive os ex-presidentes ditadores Gregório Alvarez, a 25 anos de prisão, e Juan María Bordaberry, que foi condenado a 30 anos de cadeia, mas faleceu em julho de 2011.

Os brasileiros sob a ditadura

O regime militar durou 21 anos, durante os quais o Brasil teve cinco generais presidentes

Em 1961, o país vivia uma crise institucional. O vice-presidente João Goulart (Jango), que desagradava a uma parcela dos militares e a setores conservadores da sociedade, assumira a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Mas Jango só pôde tomar posse depois de aceitar governar sob um regime parlamentarista (chefiado por um primeiro-ministro). Ao vencer um plebiscito em 1963, Jango restabeleceu o presidencialismo. O país passou a viver um período de boicotes, manifestações e greves convocadas por setores conservadores contra as reformas de base (agrária, bancária, eleitoral e fiscal) que o presidente queria realizar.

Com o pretexto de combater uma suposta ameaça comunista, representada pelas políticas de Jango, em 31 de março de 1964 as Forças Armadas deram um golpe de Estado. O presidente partiu para o exílio e em seu lugar assumiu uma junta militar. No dia seguinte, em 1º de abril, uma onda de repressão atingiu entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, com a prisão de membros e dirigentes das entidades em todo o país.

Ainda em abril de 1964, é decretado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que deu ao Congresso o papel de Colégio Eleitoral do presidente da República. Parlamentares da oposição foram cassados, fazendo com que os que apoiavam o golpe fossem maioria no Parlamento, que referendou como presidente o marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

O militar, que governou até março de 1967, editou três atos institucionais. O AI-2 dissolveu os partidos políticos e permitiu ao Executivo cassar mandatos. Também foi criado o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição. Em fevereiro de 1966, é decretado o AI-3, que pôs fim à eleição direta dos governadores, que passaram a ser eleitos pelas assembleias legislativas. No mesmo ano, o governo fecha o Congresso, que só volta a ser convocado com o AI-4 para aprovar uma nova Constituição. Na economia, Castello Branco implementa o Plano de Ação Econômica, que tinha como meta conter a inflação, cortando gastos públicos e aumentando impostos.

O Ato Institucional nº 5

Em 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva sucedeu Castello Branco. Seu mandato foi marcado pelo endurecimento do regime militar, para frear o crescente movimento por democracia em 1968. No Rio de Janeiro, em março, a polícia mata o estudante secundarista Edson Luiz Lima Souto durante operação de repressão. Em junho, a "Marcha dos Cem Mil", uma manifestação por democracia, levou às ruas estudantes, intelectuais e artistas. Em julho, estoura uma greve de metalúrgicos em Osasco (SP). Em setembro, o deputado federal Márcio Moreira Alves faz um duro discurso contra os militares na tribuna. Como o Congresso não autoriza que o governo o processe, Costa e Silva fecha o Congresso (reaberto no ano seguinte) e, em dezembro, decreta o Ato Institucional nº 5.

O AI-5 permitia ao presidente fechar qualquer colegiado (Congresso, assembleias legislativas ou câmaras municipais), nomear interventores no lugar de governadores e prefeitos eleitos, suspender direitos civis, como o habeas corpus judicial, limitar a ação do Judiciário e decretar estado de sítio. A partir daí, a imprensa começa a ser previamente censurada, assim como todos os tipos de mídia e de espetáculo cultural. A repressão se ampliou e parte dos setores radicais de oposição entra na luta política clandestina e armada. Centenas de brasileiros partem para o exílio, principalmente dirigentes políticos e sindicais, cientistas, artistas, e professores universitários destituídos do emprego pelos militares.

"Milagre econômico" e abertura

O general Emílio Garrastazu Médici substituiu Costa e Silva após sua morte, em 1969. Em seu governo, as acusações de tortura e desaparecimento de políticos opositores se multiplicaram.

Fora dos porões, o país vivia o "milagre econômico". De 1969 a 1973, a economia brasileira cresceu, em média, 11,2% ao ano.

Os 21 anos da ditadura militar

1964

Março
Ocorre o golpe. Jango é exilado

Abril
AI-1 – O Congresso declara o general Castello Branco presidente

©1

1965

Outubro
AI-2 – Os partidos são extintos. O presidente tem poderes de ditador

©2

1967

Março
Posse do general Costa e Silva

©1

1968

Junho
Marcha dos Cem Mil protesta contra o governo

Dezembro
Costa e Silva fecha o Congresso e decreta o AI-5

1969

Agosto
ALN e MR-8 sequestram o embaixador dos EUA

Setembro
Costa e Silva fica doente. Junta Militar impede o vice e toma o poder

Outubro
O general Médici substitui a Junta Militar

Novembro
Carlos Marighella, líder da ALN, é morto por agentes do Dops

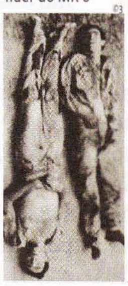
1970

Setembro
Criação do Doi-Codi

Embaixadores sequestrados:
Do Japão, em março; da Alemanha, em junho; e da Suíça, em dezembro

1971

Setembro
O Exército mata Carlos Lamarca, líder do MR-8

©3


1973

Junho
Golpe de Estado no Uruguai

Setembro
Golpe no Chile. Militares no poder até 1989

Outubro
Guerra do Yom Kippur. Árabes versus Israel

Dezembro
Primeira crise do petróleo. Fim do "milagre econômico"

1974

Março
Posse do general **Geisel**, que propõe a abertura "lenta, gradual e segura"

1975

Outubro
O jornalista **Vladimir Herzog** é torturado e morto no Doi-Codi

ALN: Aliança Libertadora Nacional; MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Dops: Departamento de Ordem Política e Social; Doi-Codi: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

O governo contraiu empréstimos no exterior e investiu em infraestrutura – rodovias, usinas, novos aeroportos e telecomunicações. No período, a dívida externa brasileira subiu de 3,5 bilhões para 17 bilhões de dólares, e a aceleração econômica deflagrou uma escalada contínua da inflação.

Pressionado pela insatisfação popular e pelo fim do "milagre econômico", o general Ernesto Geisel, sucessor de Médici, inicia uma abertura política "lenta, segura e gradual". Em seu mandato, de 1974 a 1979, o MDB cresceu. Nas eleições de 1976, os emedebistas somam 16 das 22 cadeiras do Senado, o que faz com que sua bancada na Câmara passe de 28% para 44%.

Em 1977, Geisel lança o Pacote de Abril, que aumenta a bancada governista do Norte e Nordeste, em relação ao Sul e Sudeste; amplia o quórum para dificultar mudanças na Constituição, de 50% dos parlamentares para dois terços; e cria a figura do senador biônico, em que um dos três senadores de cada estado era escolhido pelos deputados estaduais.

No período, ocorrem assassinatos de civis presos e dentro de dependências militares. São presos, torturados e assassinados o jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, (*veja o boxe na pág. 69*) e o líder operário Manoel Fiel Filho, , em janeiro de 1976, ambos em dependências do DOI-Codi em São Paulo. Nesse mesmo ano, tem início a reconstrução de movimentos sociais, como as instituições estudantis e sindicais, que realizarão passeatas por direitos civis e políticos, por democracia e anistia a presos e exilados políticos. Em 1978, Luiz Inácio Lula da Silva lidera a primeira grande greve operária em dez anos, em São Bernardo do Campo. Geisel extingue o AI-5.

Anistia e Diretas Já

O governo do general João Batista Figueiredo (1979-1985), é marcado pela Lei de Anistia – que liberta os presos políticos e permite o retorno dos exilados – e pela volta do pluripartidarismo. A Arena passa a ser o Partido Democrático Social (PDS), o MDB vira PMDB e são fundados o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1980, são realizadas as eleições diretas para governador.

O sucessor do general deveria ser indicado pelo Colégio Eleitoral, mas, desde 1983, abriu-se uma campanha pela volta das eleições diretas. Manifestações pelas Diretas Já, com milhares de pessoas pelo Brasil, apoiaram a emenda à Constituição do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), que propunha restabelecer as eleições diretas para presidente. Porém, a proposta não foi aprovada no Congresso Nacional, levando a maioria da oposição a se articular no Colégio Eleitoral.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu Tancredo Neves, do PMDB, que obteve maioria dos votos em aliança com dissidentes do PDS, contra Paulo Maluf (PDS). Tancredo adoeceu e foi internado na véspera de sua posse. Seu vice, José Sarney, ex-político da Arena que se mudara para o PMDB, assume a Presidência da República em março, marcando o fim do regime militar. ⊠

Resumo

Ditadura militar

ABERTURA DE ARQUIVOS Após mais de dois anos tramitando no Congresso, em novembro de 2011 foi sancionada a Lei de Acesso às Informações Públicas. A lei acaba com o sigilo eterno de documentos ultrassecretos dos governos, estabelecendo um limite máximo de 50 anos a partir do momento em que foram produzidos. A mudança permitirá a revelação de informações da ditadura militar.

CRIMES DA DITADURA Na mesma data, foi sancionada a lei que cria a Comissão da Verdade. Sem prazo para o início do trabalho, a comissão será nomeada pela Presidência da República e terá dois anos para examinar e esclarecer violações de direitos humanos cometidas no Brasil entre 1946 e 1988 – as investigações terão um foco maior no período da ditadura militar (1964-1985). A Comissão da Verdade não terá poderes de Justiça para punir criminosos.

DITADURA MILITAR Período ditatorial que vai do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, à posse de José Sarney, eleito no Colégio Eleitoral, em março de 1985. Durante os 21 anos do regime, houve cinco presidentes militares.

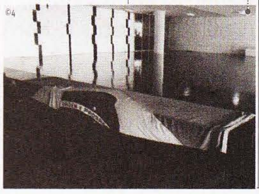
AMÉRICA LATINA Na Argentina, no Chile e no Uruguai, que também tiveram ditaduras, os crimes contra os direitos humanos cometidos na época estão sendo julgados, com culpados condenados à prisão.

1976
Janeiro O operário Manoel Fiel Filho morre sob tortura no Doi-Codi

Março Golpe militar na Argentina

1977
Abril Geisel fecha o **Congresso** e impõe o Pacote de Abril

©4



1978
Maio Metalúrgicos em greve em São Paulo

Dezembro Geisel revoga o AI-5

©4

1979
Fevereiro Revolução Iraniana. Segunda crise do petróleo

Março Posse do general **Figueiredo**

Agosto Lei da Anistia

Dezembro Volta dos partidos

1980
Abril Lula e outros dirigentes sindicais são presos no Dops

Diversos atentados de direita no Rio. Bombas na OAB

1981
Abril Atentado no Riocentro abala o governo

©5

1982
Novembro Eleições para governador: oposição vence em metade dos estados

Dezembro Crise da dívida externa. Primeiro acordo com o FMI desde 1965

1983
Fevereiro Fim do regime militar na Argentina

Março Deputado Dante de Oliveira propõe eleições diretas para 1984

1984
Abril Milhões nas ruas pedem Diretas Já, mas o Congresso rejeita

Novembro Fim do regime militar no Uruguai

1985
Janeiro O Colégio Eleitoral elege **Tancredo Neves**

Março Tancredo é internado na véspera da posse. Sarney é empossado

©6

©1 REPRODUÇÃO ©2 JB ©3 ADHEMAR VENEZIANO ©4 LUIS HUMBERTO ©5 RICARDO CHAVES ©6 ORLANDO BRITO

Fontes: ALMANAQUE ABRIL, *Jornal do Brasil e Europa Year Book*